

Sete vereadores de Osasco são notificados pela Justiça

Câmara dividiu defesa em três grupos; apenas deputado constituiu advogado particular

ANA CAROLINA SACOMAN

Pelo menos 7 dos 20 vereadores de Osasco citados pela Promotoria de Justiça por improbidade administrativa já foram notificados pelo oficial de Justiça da 8.^a Vara Cível, Carlos Alberto Alves dos Santos. A Câmara vai apresentar três advogados de defesa diferentes.

Para isso, foram formados dois grupos de sete vereadores e um com seis – cada advogado vai representar um grupo. O deputado estadual Willians Rafael (PL), que também é acusado na ação da promotoria, preferiu constituir advogado particular.

Os notificados foram os vereadores Sônia Rainho, Emídio Pereira de Souza e Marcos Lopes Martins, todos do PT; José Barbosa Coelho e Giro Inoguti, do PTB, Mário Guide, do PSB, e André Sacco Júnior, do PL. O advogado de defesa Pedro Dallari foi até o Fórum e, por procuração, recebeu as notificações.

De acordo com o vereador José Barbosa Coelho, todos deverão receber as citações em breve. “Vamos esperar que os 21 sejam notificados e, daí, apresentaremos defesa.”

O vereador Marcos Lopes, um dos citados ontem, não quis comentar o caso. Ele afirmou que somente o advogado vai pronunciar-se.

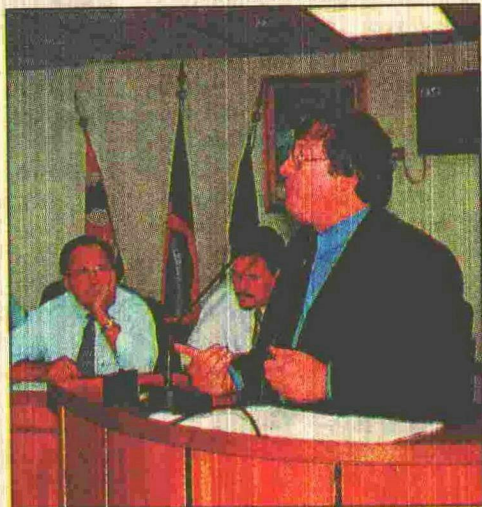
Ações – O promotor de Justiça e Cidadania de Osasco, Wel-

lington Luiz Daher, já entrou com inquérito para investigar outras denúncias contra a Câmara Municipal apontadas pelo Estado. Ele apura a questão de superfaturamento na confecção do *Jornal da Câmara*, editado entre dezembro de 1997 e setembro de 1998.

Daher também investiga a impressão de livretos e cartilhas, que teriam beneficiado duas empresas. De acordo com as denúncias, os parlamentares não apresentaram o processo de licitação para a edição do material.

Outra revelação feita pelo Estado, que está sendo investigada pelo promotor, refere-se à auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) nas contas da Casa em 1998,

Andre Feliciano/AE – 01/2/2000



Plenário da Câmara: denúncias investigadas

durante a presidência de Antônio Cláudio Flores Piteri (PMDB). No documento, são apontadas diversas irregularidades em setores da Câmara, desde a compra de material e equipamentos de informática até o conserto de carros oficiais na oficina, sem apresentação de nota fiscal.

De acordo com a Assessoria de Imprensa do Ministério Público, o promotor pretende pronunciar-se somente quando “tiver novidades dos casos”.